



INTEGRAÇÃO



J. FREITAS AGENCIA SENADO

Novo presidente do Parlamento do Mercosul, Dr. Rosinha prioriza compromisso democrático do bloco comum | 8

ESPORTE



Comissão de Turismo proíbe bebidas alcoólicas em estádios e dá ao futebol feminino direito aos recursos da Timemania | 5

Líderes tentam acordo para liberar pauta



SALU PARENTE

Em reunião marcada para a manhã de hoje, o presidente Arlindo Chinaglia e os líderes partidários devem discutir um acordo para liberar a pauta do Plenário, trancada por cinco medidas provisórias, e votar outras propostas. Entre as matérias que podem ser votadas, segundo Chinaglia, estão o projeto que cria mais vagas nas universidades federais; a PEC que altera a tramitação de medidas provisórias; e a da reforma tributária. Na semana passada, um acordo de lideranças permitiu a votação de projetos como o que dá mais agilidade ao cumprimento de mandados de prisão; a Lei Geral do Turismo; e o Estatuto dos Museus. O primeiro item da pauta é a MP 427/08, que amplia a extensão da estrada de ferro Norte-Sul. O trecho Belém (PA) a Senador Canedo (GO) é estendido até Panorama, em São Paulo. **Página 3**

Altos Estudos lança análise sobre programa Um Computador por Aluno | 2

agenda

1º de julho de 2008
TERÇA-FEIRA

Sessão Solene

Congresso Nacional homenageia aos 155 anos de nascimento de José Martí. Plenário do Senado, às 10h

Pauta

Reunião de Líderes para definir a pauta da semana. Gabinete da Presidência, às 10h

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se com líderes e coordenadores de bancadas estaduais para discutir o relatório da senadora Serys Slhessarenko à LDO. Sala de reuniões da presidência da CMO, às 11h.

Capitais

As comissões de Finanças e Tributação; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio debatem o mercado de capitais e o desenvolvimento econômico e social. Plenário 4, às 14h

Previdência

A Comissão da Amazônia debate questões relativas à presença da previdência social e de agências bancárias e de outros órgãos públicos no interior da Amazônia. Plenário 9, às 14h



Educação

A Comissão de Educação e Cultura debate o PL 5706/05, que permite a utilização de recursos do FAT para pagamento de anuidade do ensino superior. Plenário 10, às 14h

Índios e quilombos

A Comissão de Agricultura discute, com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, a demarcação das terras indígenas; reconhecimento de domínio das áreas ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos; demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol. Plenário 6, às 14h30

Resíduos sólidos

A Comissão Especial de Resíduos Sólidos debate o tema com especialistas no assunto. Plenário 12, às 14h30



Eleições

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática debate a regulamentação do uso da internet nas eleições municipais de 2008. Plenário 13, às 14h30

Migração

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa fluxos migratórios de brasileiros para países de economia desenvolvida. Plenário 5, às 14h30

Terras indígenas

A Comissão Especial da Exploração de Recursos em Terras Indígenas reúne-se para apresentação do parecer do relator, deputado Eduardo Valverde. Plenário 11, às 15h

Conselho de Altos Estudos lança análise do programa 'Um Computador por Aluno'

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica lança amanhã o primeiro volume da série Avaliação de Políticas Públicas - "Um Computador por Aluno (UCA): a experiência brasileira". O livro relata o programa do governo federal que pretende conectar todos os estudantes da rede pública à internet.

De acordo com o relator da matéria no conselho, deputado **Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE)**, o UCA revolucionará a metodologia de ensino no País. Em 2009, será lançado um piloto do programa com 150 mil computadores em escolas de todas as regiões do Brasil. O relatório de Lustosa contém uma revisão bibliográfica de estudos internacionais e nacionais, uma avaliação do projeto pré-piloto em cinco escolas, além de sugestões.

Para a realização do estudo, a Câmara acompanhou a implantação experimental do programa em cinco escolas públicas - no Rio de Janeiro (Ciep Rosa da Conceição Guedes, em Pirai); Distrito Federal (Cief da Vila Planalto, em Brasília); Tocantins (Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday, em Palmas); Rio Grande do Sul (Escola Estadual Luciana Abreu, em Porto Alegre); e São Paulo (Escola Municipal Ernani Silva Bruno,



O programa UCA, do governo federal, tem como objetivo conectar todos os estudantes da rede pública à internet

na capital paulista).

Em seu relatório sobre as visitas às escolas, Lustosa destacou que, do ponto de vista dos alunos, ele percebeu a intensidade com que ocorrem as trocas de informações e experiências entre eles, abrindo espaço para abordagens pedagógicas que se fundamentem ou que estimulem a educação entre pares, o que possibilitaria um ambiente de respeito mútuo e maior interação entre suas experiências pessoais e educativas.

"Também é merecedor de destaque o interesse demonstrado pelos alunos por temas os mais variados e diferentes daquilo que se esperaria de crianças oriundas de ambientes familiares com acesso restrito a informações", disse. Lustosa

disse ainda que há um acordo de convivência entre os alunos e os professores sobre o uso de sites de relacionamento. "Essas páginas só são liberadas depois de os alunos cumprirem suas tarefas", explicou.

A história - Originalmente, o UCA foi um projeto concebido por acadêmicos do Laboratório de Mídia do Massachusetts Institute of Technology (MIT), com objetivo de promover educação moderna com baixo custo. O projeto foi apresentado em Davos, na Suíça, em janeiro de 2005, na reunião do Fórum Econômico Mundial. Em junho de 2005, o idealizador do projeto e pesquisador do MIT, Nicholas Negroponte, apresentou a idéia ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Câmara recebe prêmio em educação a distância

O Núcleo de Educação a Distância do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) recebeu, em São Paulo, o Prêmio E-Learning Brasil 2008/2009, na categoria Contribuições Marcantes - Modalidade Administração Pública. O Núcleo atende todo o corpo de

servidores da Câmara e promove cursos para câmaras municipais e assembleias legislativas. Recentemente, foi implantado um projeto de cursos para atender os parlamentos dos países de língua portuguesa. O Nuead também promove a capacitação de professores da rede pública, que por seus cursos aprendem a

utilizar as ferramentas do site Plenarinho, voltado para alunos do ensino fundamental. Instituído em 2002, o prêmio tem o objetivo de incentivar as instituições a aperfeiçoar, desenvolver e implantar programas de aprendizado que tenham suporte ou mediação tecnológica.

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente: **Arlindo Chinaglia (PT-SP)**

1º Vice-Presidente
Nárcio Rodrigues (PSDB-MG)

2º Vice-Presidente
Inocêncio Oliveira (PR-PE)

1º Secretário
Osmar Serraglio (PMDB-PR)

2º Secretário
Ciro Nogueira (PP-PI)

3º Secretário
Waldemir Moka (PMDB-MS)

4º Secretário
José Carlos Machado (DEM-SE)

Suplentes
Manato (PDT-ES), Arnon Bezerra (PTB-CE), Alexandre Silveira (PPS-MG) e Deley (RJ-PSC)

Ouvidor Parlamentar
Carlos Sampaio (PSDB - SP)

Procurador Parlamentar
Alexandre Santos (PMDB - RJ)

Diretor-Geral
Sérgio Sampaio de Almeida

Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: **William França**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretora
Amneres Pereira

Editora-chefe
Rosalva Nunes

Editores
Marcondes Sampaio
Maria Clarice Dias

Editor de fotografia
Reinaldo Ferrigno

Diagramadores
Guilherme Rangel Barros
José Antonio Filho

Ronaldo Alves
Roselene Figueiredo

Ilustrador
Renato Palet
Projeto gráfico
Ely Borges e equipe do jornal

Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - 70160-900 Brasília DF
jornal@camara.gov.br | Fone: (61) 3216-1666 | **Disque-Câmara - 0800 619 619**

Impresso na Câmara dos Deputados | DEAPA / CGRAF

Líderes buscam acordo para votar medidas provisórias

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e os líderes partidários reúnem-se hoje, às 10 horas, no gabinete da presidência da Câmara, com o objetivo de buscar um acordo para liberar a pauta de votações da Casa, trancada por cinco medidas provisórias. Confiante no desbloqueio dos trabalhos do Plenário, Chinaglia quer incluir na Ordem do Dia propostas como a reforma tributária (PECs 233/08, 31/07 e 45/07), além de votar o projeto que cria novas vagas nas universidades públicas federais. “Foi feito um compromisso de que a primeira matéria [depois da análise das MPs] vai ser o PL1746/07, que permite a contratação de professores e funcionários para universidades públicas federais. E tenho a intenção de votar também a PEC 511/06, que muda a tramitação das MPs, e a PEC da reforma tributária”, informou o presidente.

Ferrovias - A pauta está trancada



Pauta esta trancada por cinco MPs, mas líderes tentarão acordo para votá-las

por cinco medidas provisórias. A primeira delas, a MP 427/08, prevê a expansão da estrada de ferro Norte-Sul. Também tranca os trabalhos a MP 429/08, que autoriza a União a participar com R\$ 400 milhões do Fundo de Garantia para a Construção Naval.

O fundo será criado para proteger o crédito concedido pelos bancos a estaleiros com recursos do Fundo da Marinha Mercante. A MP também muda regras para estimular a exportação, principalmente das micro e pequenas empresas. O relator

da matéria, deputado Edmilson Valentim (PCdoB-RJ), explica a finalidade do fundo. “Ele é composto de uma taxa arrecadada por toda a comercialização via navegação, e financia as construções navais no Brasil. O fundo que está sendo criado é de contra garantia”. Nas operações de financiamento avalizadas pelo fundo, o banco deverá financiar até 90% do valor do projeto, mas a garantia será limitada a 50% do saldo devedor.

Emenda 29- A análise das MPs deve atrasar a votação final do Projeto de Lei Complementar 306/08, que aumenta os gastos mínimos com saúde. Os partidos de oposição podem obstruir os trabalhos por serem contra a Contribuição Social para a Saúde (CSS), que financiaria o

aumento de despesas da União com o setor. O último destaque para votação em separado (DVS) pendente para análise, de autoria do DEM, quer excluir do texto a base de cálculo do tributo com o intuito de inviabilizar sua cobrança.

Emenda aprovada pela Câmara estimula o turismo receptivo

Marise Lugullo

O projeto que cria a Lei Geral do Turismo (PL 3118/08) foi aprovado na Câmara, na semana passada, com uma emenda de Plenário que classifica o turismo receptivo como atividade econômica exportadora. Isso significa que o setor poderá receber benefícios fiscais, linhas de crédito e financiamentos oficiais em órgãos, bancos e agências públicas de fomento à exportação. Entre os beneficiados estão hotéis, agências de turismo e organizadoras e administradoras de feiras, eventos e congressos.

Segundo o deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), um dos autores da emenda, a lógica de classificar o turismo receptivo como atividade exportadora é a de que ele traz moedas estrangeiras para o Brasil, seja em forma de venda de mercadorias, seja com a atração de turistas. “Todos os agentes econômicos que trazem turistas precisam ter um tratamento tributário, fiscal e também de financiamento, das linhas de crédito, do BNDES, enfim, tudo isso de forma especial, de forma a estimulá-los a ampliar

as suas atividades”, ressaltou.

Reivindicação - O diretor de Assuntos Internacionais da Associação Brasileira de Agências de Viagem, Leonel Rossi, disse que a classificação do turismo receptivo como atividade exportadora é uma das principais reivindicações do setor. “Será mais uma ferramenta para estimular essa atividade, e nós precisamos de várias ferramentas. Um problema é o câmbio. O Brasil ficou mais caro para as pessoas do exterior com o dólar na casa de R\$ 1,60”, afirmou.

Segundo ele, a aprovação da emenda vai ajudar as empresas a oferecerem melhores serviços e a ficarem mais fortes.

O presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, José Eduardo Barbosa, considera que não apenas a emenda, mas a lei como um todo vem em boa hora. “Com uma indústria mais forte, mais consistente, com bom profissionalismo, o consumidor brasileiro e o internacional terão uma melhor qualidade de serviços no Brasil. Isso veio no momento apropriado, porque estamos nos preparando para o grande marco do turismo, que será a Copa do Mundo de 2014”, disse.



Projeto estimula vinda de estrangeiros ao Brasil; na foto, praia do Espírito Santo

Visitantes deixam R\$ 5 bilhões em receitas no Brasil

No ano passado, mais de seis milhões de estrangeiros visitaram o Brasil e deixaram aqui o equivalente a cerca de 5 bilhões de dólares, de acordo com a Embratur. O projeto aprovado pela Câmara estabelece normas sobre a política nacional de turismo e define atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor. Ele também disciplina a prestação de serviços turísticos e o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores desses serviços.

Pinga-Fogo

Ex-territórios

Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) pediu que o governo federal assegure um plano de cargos e salários dos servidores públicos dos ex-territórios que pertencem aos quadros da União. Ele acredita que medidas para equiparar os servidores são indispensáveis para estimular a justiça social. O deputado reclamou que os servidores civis e militares de unidades, como o Amapá, não contam com as mesmas vantagens e benefícios garantidos aos demais estados. Bala Rocha afirmou que os servidores dos ex-territórios desempenham trabalhos de grande interesse para o País, como a defesa da Amazônia e da integração nacional.

Zimbábue

Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) cobrou do Executivo, e especialmente do Itamaraty, uma posição firme para denunciar e condenar a forma como o processo eleitoral no Zimbábue foi realizado. Como observador internacional e representante da Câmara que acompanhou a eleição no país africano, Pannunzio considerou o processo que reelegeu o presidente Robert Mugabe uma fraude que atenta contra os valores democráticos. O deputado entende que o Brasil deve se juntar a outras Nações para denunciar os abusos que acontecem naquele país africano.

Saúde

Vicentinho (PT-SP) manifestou-se favorável a uma reforma tributária que diminua impostos e permita uma melhor aplicação dos recursos dos contribuintes nos serviços públicos. Ele destacou a importância da aprovação da Contribuição Social para a Saúde. Vicentinho explicou que a CSS, que isenta aposentados e pensionistas, vai ser destinada exclusivamente para recuperar o sistema público de Saúde. O deputado destacou que, dos 77 milhões de trabalhadores aposentados e inativos, 73 milhões não vão pagar o tributo.

Arnaldo Madeira defende mudanças nas instituições públicas e na Câmara



Arnaldo Madeira

O deputado **Arnaldo Madeira (PSDB-SP)** afirmou em Plenário que é preciso mudar e modernizar as instituições públicas brasileiras e também o Legislativo. “Enquanto de um lado temos uma sociedade dinâmica, cada vez mais diversificada e complexa; de outro, nossas instituições públicas permanecem estacio-

nadas, baseadas em princípios e normas que remontam aos anos 50 e 60”, salientou. Segundo ele, essa contradição é uma questão que deve chamar a atenção da sociedade e dos que pretendem o desenvolvimento do País. Para Madeira, o corporativismo ainda perpassa o Estado nas três esferas.

Na avaliação do parlamentar, o Judiciário é lento e há uma crença generalizada na população de que a impunidade favorece os ricos e poderosos. Madeira argumentou também que a sensação de insegurança diante do crime organizado, do tráfico de drogas, da ineficiência da Polícia e das instituições do Estado faz o cidadão sentir-se “completamente desamparado”. O deputado também disse que o consumidor de hoje sente-se violentado nos seus direitos constituídos. “Como

construir uma sociedade moderna, desenvolvida, socialmente equilibrada e fraterna com a prática e a divulgação permanente desses tipos de valores?”, questionou.

Legislativo - Segundo Arnaldo Madeira, é preciso refletir sobre cada uma das instituições nacionais e, principalmente, sobre o Legislativo. “É de conhecimento de todos que o Congresso Nacional tem as notas mais baixas atribuídas pela população na avaliação das instituições”, lembrou. Para Madeira, alguns parlamentares atribuem esse fato a uma forma “de perseguição da imprensa”, mas, na sua ótica, essa é uma maneira cômoda de ver um problema e de fugir dele.

Ele analisou que é conhecido o abuso do Governo na edição de medidas provisórias, mas o Congresso, em contra-

partida, sequer instala comissão especial para analisá-las. “Nos damos o respeito, ou em outras palavras, não nos damos o respeito como Poder. Nossos corredores são a casa-da-mãe-joana”, afirmou o tucano. “Peditentes dos mais variados tipos e lobistas circulam à vontade pelos corredores do Congresso. “Não vi em Parlamento algum que visitei no exterior algo semelhante. Pelo contrário, sempre percebi nessas visitas muita formalidade e rigor no acesso ao Parlamento, isto para que este possa realizar o seu trabalho”, disse. Madeira também criticou a estrutura da Câmara. Segundo ele, faltam assentos para todos os deputados no Plenário da Casa. Ele criticou ainda o Regimento Interno, que, na sua avaliação, permite muitas interpretações e a protelação quase indefinida das votações.

Deputados homenageiam os 30 anos do Pólo Petroquímico de Camaçari

Em homenagem ontem aos 30 anos do Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), município localizado a 50 quilômetros de Salvador, o deputado **Daniel Almeida (PCdoB-BA)**, que requereu a sessão solene, ressaltou que o pólo é o maior complexo industrial integrado da América do Sul, com mais de 60 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade como indústria automotiva, de celulose, metalurgia do cobre, têxtil, bebidas e serviços.

Com a atração de novos empreendimentos para a Bahia, continuou, o Pólo Industrial de Camaçari experimenta novo ciclo de expansão, gerando mais oportunidades de emprego e renda para o Nordeste. Segundo o deputado, a produção de automóveis, no Pólo de Ca-

maçari, “consolida a trajetória de diversificação no Complexo Industrial e amplia as perspectivas de integração do segmento petroquímico com a indústria de transformação”. Almeida destacou ainda o pioneirismo do idealizador do pólo, o economista baiano Rômulo Almeida, “que foi capaz de transformar um sonho em realidade”.

Desenvolvimento - O deputado **Mauro Benevides (PMDB-CE)**, que presidiu a sessão, destacou que o pólo “ofereceu contribuição ímpar para o desenvolvimento da economia baiana, inclusive para a transição de uma economia de base rural para uma economia industrial”.

Benevides ressaltou que o empreendimento representou um marco no desenvolvimento regional e um emblema do progresso industrial na Bahia



Na homenagem, Daniel Almeida e Mauro Benevides ressaltaram a importância do pólo para o desenvolvimento da Bahia e do País

e na Região Nordeste, responsável por mais de 90% da arrecadação do município de Camaçari e por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia. Benevides ressaltou que o pólo emprega 35 mil trabalhadores atualmente e conta com um faturamento anual de U\$ 15 bilhões. O pólo iniciou suas operações em 1978, como o primeiro complexo petroquímico planejado do País.

Durante a solenidade, foi lida saudação do presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, ao povo baiano e às autoridades e parlamentares presentes à homenagem. No texto, Chinaglia transmitiu seus cumprimentos “a todos aqueles que ajudaram a construir essa obra monumental que honra, dignifica, enobrece e projeta o País no contexto internacional”.

Turismo proíbe álcool em estádios e destina repasse da Timemania ao futebol feminino

Aprovado pela Comissão de Turismo e Desporto, o substitutivo ao Projeto de Lei 103/07, do deputado **Jorge Tadeu Mudadlen (DEM-SP)**, proíbe o porte, a distribuição, a venda, a utilização e a entrega de qualquer bebida alcoólica em estádios ou ginásios esportivos em dias de jogos. A proibição vale, segundo a proposta, em um raio de 500 metros de distância das entradas dos estádios e ginásios. O projeto tramita em caráter conclusivo e segue para análise das comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

De acordo com o projeto, quem for flagrado com bebida alcoólica nesses eventos esportivos receberá multa de R\$ 1,5 mil, valor que será dobrado em caso de reincidência. O fornecedor, além da multa, terá seus produtos apreendidos. É prevista a atualização anual da multa pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O substitutivo do relator, deputado **Deley (PSC-RJ)**, faz adaptações no projeto a fim de integrá-lo ao Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03), mais precisamente ao capítulo 4º, que trata da segurança em eventos esportivos. Ex-jogador profissional de futebol, Deley considera que o projeto é oportuno e merece aprovação, porque o consumo excessivo de bebida alcoólica favorece brigas e agressões. “Causa indignação o retraimento de muitos torcedores, que desistem de ir ou de levar a família a uma partida de futebol por medo da violência”, diz o relator.

Em dias de jogos, a proibição começa a vi-

“Causa indignação o retraimento de muitos torcedores, que desistem de ir ou de levar a família a uma partida de futebol por medo da violência”

Deley, deputado

gorar seis horas antes da abertura dos estádios, e termina duas horas após o fim do evento. Caberá à autoridade policial impedir o acesso ou retirar das dependências dos estádios as pessoas alcoolizadas que apresentarem comportamento violento.

Futebol feminino - A Comissão de Turismo também aprovou o Projeto de Lei 2377/07, do ex-deputado Professor Victorio Galli, que torna obrigatória a participação dos clubes de futebol em competições masculinas e femininas para terem direito aos recursos da lote-

ria federal Timemania. Pela proposta, as loterias baseadas em competições entre equipes também deverão ter pelo menos 30% de jogos com equipes femininas. Além disso, pelo menos 30% dos recursos arrecadados pelos clubes nesses concursos deverão ser investidos nas equipes femininas.

O projeto ainda será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. A relatora, deputada **Sueli Vidigal (PDT-ES)**, destacou que a proposta pretende tornar a Timemania um meio de desenvolvimento do futebol feminino. “Ela pode abrir caminho para a formulação de políticas específicas para o esporte feminino”, espera.

Bons resultados - A parlamentar destacou os bons resultados obtidos pela seleção brasileira feminina de futebol. A equipe foi medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, campeã dos Jogos Pan-Americanos do Rio e vice-campeã mundial, ambos em 2007. Entretanto, em sua opinião, falta infra-estrutura semelhante à do futebol masculino. “A formação de equipes de base pelos clubes pode impulsionar a prática e nada mais adequado que a Timemania contribua para este esforço”, argumentou a relatora.

Ela destacou a jogadora Marta, do Umea (Suécia), que no ano passado foi eleita como a melhor do mundo pela Fifa. Além disso, a relatora crê que o futebol pode ser uma alternativa de lazer e contribuir para a formação de valores das jovens.



Deley



Sueli Vidigal

Apoio da União ao desporto indígena

Outro projeto aprovado pela Comissão de Turismo foi o substitutivo ao Projeto de Lei 1994/07, da deputada **Vanessa Graziotin (PCdoB-AM)**, que institui o Subsistema do Desporto Indígena, no âmbito do Sistema Nacional do Desporto (Lei 9.615/98). O objetivo da proposta é incentivar a prática desportiva indígena, financiando-a com recursos da União, em colaboração com os estados, Distrito Federal, municípios e entidades públicas e particulares.

O relator, deputado **Jurandil Juarez (PMDB-AP)**, apresentou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Pelo texto aprovado, as comunidades indígenas terão representantes nos órgãos colegiados que deverão formular, acompanhar e avaliar o funcionamento do subsistema. Jurandil Juarez ressalta que o esporte significa para os índios, assim como para todos os outros brasileiros, um importante elemento de afirmação de identidade cultural, além de promover a manutenção e o resgate da auto-estima. O projeto tramita em caráter conclusivo e segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Segurança aprova mudança na lei sobre tráfico de drogas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na semana passada uma mudança na legislação sobre o tráfico de drogas, para corrigir um dispositivo que determina que um crime seja agravante dele mesmo. O texto aprovado foi um substitutivo ao Projeto de Lei 775/07, do deputado **Celso Russomanno (PP-SP)**, que retira o financiamento de práticas criminosas relacionadas ao tráfico de drogas da lista de crimes que podem ter a pena aumentada de 1/6 a 2/3. O texto muda a Lei 11.343/06, que institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad).

No entanto, o relator, deputado **Ademir Camilo (PDT-MG)**, alterou a proposta original por entender que ela apresenta uma solução que “extrapola os limites da correção pretendida pelo autor”. O

projeto ainda será analisado pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, e terá de ser votado pelo Plenário.

Agravantes - O artigo 40 da Lei 11.343/06 determina que o financiamento ou custeio do crime relacionado com o tráfico é um agravante do crime detalhado no artigo 36 da mesma lei, que é exatamente o financiamento ou custeio dos crimes de importação; exportação; preparo; produção; fabricação; aquisição; venda ou exposição à venda; oferecimento; depósito; transporte; guarda; prescrição; aplicação; e entrega de drogas.

A proposta de Russomanno prevê a retirada da menção

ao artigo 36 do caput do artigo 40, que traz a lista de agravantes para os crimes relativos ao tráfico e uso de drogas. O relator ressalta, contudo, que o artigo 40 inclui outras razões para aumento de pena que devem ser mantidas em relação ao financiamento dos crimes ligados ao tráfico. Por exemplo, a lei considera como agravante a prática dos crimes nas proximidades de escolas, presídios ou hospitais.

Por isso, Camilo mudou o projeto original para inserir, no mesmo artigo 40, um parágrafo único tornando explícito que o financiamento ou custeio dos crimes de tráfico não se aplica como agravante dos crimes do artigo 36; isto é, o mesmo crime de financiamento.



BATE-PAPO

Agência promove chat com relator da reforma tributária

A Agência Câmara promove amanhã, às 10 horas, bate-papo pela internet com o relator da Comissão Especial da Reforma Tributária (PECs 233/08, 31/07 e outras), deputado **Sandro Mabel (PR-GO)**. Para participar, o interessado deve acessar o site www.agencia.camara.gov.br e clicar no ícone do chat, que estará disponível no menu ao lado direito.

Eixo da reforma tributária pretendida pelo governo, a PEC 233/08 altera vários dispositivos constitucionais para fazer ajustes na estrutura tributária. A principal mudança é a substituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, por um novo imposto com regra nacional, e a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), de caráter federal.

O IVA-Federal será a junção das contribuições sociais pagas à União (Cide, Cofins e PIS), que deixam de existir. Por outro lado, o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) vai incorporar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que também incide sobre a base de cálculo do IR. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), principal imposto federal, não será incorporado.

O objetivo do governo ao criar o IVA-Federal é acabar com a cumulatividade de tributos ao longo da cadeia produtiva. O relator adiantou que o novo ICMS será cobrado no estado de origem das mercadorias, com alíquota de 2%. Com isso, o governo pretende inviabilizar a “guerra fiscal” entre os estados. Sandro Mabel ainda não definiu a data de apresentação de seu parecer. Inicialmente, a apresentação ocorreria nesta semana, mas foi cancelada porque ainda não há acordo entre os líderes sobre a proposta.

Renato Molling pede atenção do Executivo e do Congresso a indústrias de calçados e de móveis

O deputado **Renato Molling (PP-RS)** pediu ao governo mais atenção aos setores da economia de uso intensivo de mão-de-obra, como o coureiro-calçadista e o moveleiro. “São setores responsáveis pelo emprego de centenas de milhares de trabalhadores, produzem bilhões de reais, suas exportações trazem divisas para o Brasil, e entretanto estão atravessando momentos de dificuldade”, alertou Molling.

Para o deputado, a Câmara também não pode ignorar a situação desses setores. O complexo calçadista agrega hoje mais de 9 mil empresas, que empregam 300 mil brasileiros. Em 2007, suas exportações alcançaram 1,9 bilhão de dólares, com vendas para mais de cem países. Já a indústria moveleira nacional tem mais de 16 mil empresas, emprega mais de 200 mil pessoas, e está presente em todos os estados. Os moveleiros, lembrou Molling, também possuem grande inserção no mercado externo. Em 2006, suas exportações atingiram 945 milhões de dólares.

O ambiente atual nesses setores, ad-

vertiu o parlamentar, é de instabilidade. “As cadeias produtivas do couro, calçados e móveis passam por momento de crise, em decorrência do perfil exportador e do uso intensivo do fator trabalho. O real valorizado ocasiona a perda de competitividade internacional, e o sistema tributário, ao taxar de forma abusiva a folha de pagamento, penaliza quem mais emprega”, resumiu.

Reforma tributária - Na condição de presidente da Frente Parlamentar do Setor Coureiro-Calçadista e Moveleiro, Renato Molling defendeu, no âmbito da reforma tributária, uma emenda para desonerar os setores produtivo que mais empregam, reduzindo de 20% para 11% a contribuição patronal ao INSS incidente sobre a folha de pagamento. Para ele, essa seria uma importante contribuição



Renato Molling

LAYCER TOMAZ

para elevar a competitividade da economia.

O deputado sugere também que a oferta de crédito à empresa varie de acordo com o valor dos salários pagos, premiando quem gera mais emprego. “As empresas não podem sofrer prejuízos em razão de empregar grande contingente de trabalhadores, nem por estarem inseridas no mercado interna-

cional”, sustentou.

As empresas, frisou o deputado, estão fazendo a sua parte, trabalhando em novas alternativas de mercado, em busca de agregar maior valor aos produtos. Exemplo desse esforço, citou Renato Molling, pode ser conferido pelo visitante que comparecer à 40ª edição da Feira Internacional de Calçados, Acessórios de Moda, Máquinas e Componentes de Franca (SP) – a conhecida Francal.

STF e Câmara analisam importação de pneus usados

GERVÁSIO BAPTISTA STF



Ministro Carlos Minc, em audiência no STF, manifestou-se contrariamente à importação de pneus

A polêmica em torno da importação de carcaças de pneus da Europa está em debate na Câmara e no Supremo Tribunal Federal. O STF promoveu, na última sexta-feira, uma audiência pública com especialistas com posições favoráveis e contrárias à importação. O governo federal é contra por causa dos efeitos nocivos das carcaças sobre o meio ambiente, enquanto as empresas de pneus remoldados defendem a compra por questões comerciais. A Câmara analisa projetos sobre o tema.

A polêmica foi parar também na Organização Mundial

do Comércio (OMC), numa disputa entre o Brasil e União Européia, interessada em vender suas carcaças. Vencedor na OMC, o governo brasileiro emitiu portarias que proíbem a compra do pneu usado europeu. No entanto, a indústria nacional tem conseguido liminares na Justiça para reverter essa proibição, o que levou a União a recorrer ao Supremo.

Argumentos - Na audiência no STF, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, explicou que os aspectos nocivos do pneu usado justificam a proibição de sua importação. “Não é uma boa prática trazer algo que não é factível

de ser reaproveitado mais de uma vez e que, ainda por cima, gera um rejeito que não é biodegradável e contamina o solo, os lençóis freáticos, a atmosfera e os pulmões das pessoas”, afirmou.

A Procuradoria-Geral da República concordou com os argumentos do governo. A ministra do STF responsável pelo caso, Cármen Lúcia, não fixou data para decidir a polêmica, mas ressaltou que dará prioridade ao assunto devido à sua relevância.

Debates - A polêmica já foi tema de audiência pública na Câmara, que resultou na apresentação de três proje-

tos de decreto legislativo (os PDCs 323/07, 324/07 e 325/07) para anular as portarias do governo. O autor das matérias, deputado **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**, argumenta que as carcaças européias são fundamentais para garantir o funcionamento das empresas de pneus remoldados e os empregos gerados por elas. “Não é o caso de vender nem de usar pneu careca; ele entra como matéria-prima na indústria de recuperação de pneus, com preço muito melhor do que os novos, com a mesma garantia de uso e a mesma durabilidade. A portaria do Ibama protege fábricas de pneus novos, e não concordamos com isso”, afirmou.

Os três projetos de decreto legislativo receberam parecer contrário do relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deputado **Reinaldo Nogueira (PDT-SP)**. Os textos ainda serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Agricultura convida Jobim para discutir demarcações

AGÊNCIA BRASIL

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural promove audiência pública hoje para discutir a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de domínio de áreas ocupadas por remanescentes de quilombolas, invasões de terras e a ação da Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia, denunciada pela revista *IstoÉ* por promover treinamentos com técnicas de guerrilha em seus acampamentos. Foi convidado para o debate o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

A audiência foi sugerida pelos deputados **Onyx Lorenzoni (DEM-RS)**, presidente da comissão; **Abelardo Lupion (DEM-PR)** e **Moreira Mendes (PPS-RO)**. Eles afirmam que os processos de demarcação de terras e os conflitos fundiários preocupam a comissão, pois causam insegurança entre os produtores rurais. “Em vários estados, acompanhamos a situação de insegurança de proprietários rurais que ocupam produtivamente suas terras há décadas, muitas vezes com o incentivo do governo federal. De repente, com a edição de uma portaria, são expulsos sem que o governo ofereça indenização, muito menos trabalho e meios de sobrevivência. Em muitos desses casos, são obedecidos laudos antropológicos ex-

pedidos por quem desconhece os direitos dos proprietários rurais”, dizem no requerimento para realização da audiência. Entre as demarcações de terras indígenas que devem ser discutidas, está a da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Conflitos entre índios e arroteiros, que divergem sobre a demarcação da reserva em terras contínuas, acabaram provocando a contestação dos atuais limites da área no Supremo Tribunal Federal. A reserva abrange uma área de quase 1,7 milhão de hectares. Os parlamentares lembram que a Câmara, por meio de uma comissão externa, diagnosticou a inviabilidade da demarcação da reserva em terras contínuas. A reunião será realizada no plenário 6, às 14h30.



Em maio, índios bloquearam estrada na reserva e impediram entrada de arroteiros

Grupo vota projeto que consolida leis ambientais

O Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis pode votar amanhã o parecer do deputado **Ricardo Tripoli (PSDB-SP)** ao Projeto de Lei 679/07, do deputado **Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)**, que sistematiza a legislação ambiental em vigor. O projeto de unificação apresentado por Tripoli em forma de substitutivo contém dez títulos, que correspondem a dez grandes temas da legislação ambiental

em vigor: a proteção da flora, a proteção à fauna, a proteção dos recursos aquáticos vivos, as unidades de conservação, o bioma da Mata Atlântica, a gestão de florestas, o controle da emissão de poluentes, o gerenciamento costeiro e as sanções penais e administrativas. O substitutivo, que tem 480 artigos, unifica 33 decretos e leis, partes de outras sete normas e uma medida provisória.

Valverde defende manejo sustentável e aponta crescimento de 602% no desmatamento em Rondônia



Eduardo Valverde

O deputado **Eduardo Valverde (PT-RO)** defendeu a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06) e disse ser favorável ao manejo sustentável das florestas, para que possam ser aproveitadas sem danos. Segundo ele, aqueles que atacam a legislação o fazem por terem concepções equivocadas, uma vez que a lei busca dar valor econômico à exploração sustentável dessas áreas. Ao lembrar que houve um crescimento de 602% da devastação ambiental em Rondônia, em comparação com 2006, o deputado afirmou que a solução para o problema ambiental é a criação de novas formas tecnológicas de acesso aos recursos, com o reflorestamento em áreas degradadas. “As reservas extrativistas são solução adequada para a região”, defendeu.

Valverde explicou que o Projeto de Lei 2635/07, de sua autoria, autoriza o Executivo a criar o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, com objetivo de promover a sustentabilidade das florestas e desenvolver fontes de energia

limpa. O fundo, segundo a proposta, será mantido a partir da exploração dos recursos do petróleo e servirá para a pesquisa e o desenvolvimento de fontes de energia limpa e busca de alternativas econômicas para evitar o desmatamento da floresta amazônica.

O deputado destacou a importância da Amazônia para o planeta e criticou o posicionamento de alguns militares sobre a questão amazônica. Tais autoridades, avaliou, demonstram opiniões pré-concebidas. “Não existe verdade absoluta, a ciência e as inovações tecnológicas precisam ser aceleradas para que melhor compreendamos o papel do homem sobre o bioma amazônico”, considerou o deputado, para quem a falta de estudos e pesquisas sobre o tema leva “à ignorância e aos pronunciamentos equivocados de autoridades”.

As principais áreas de proteção, disse, são exatamente aquelas regiões em que convivem as populações tradicionais da Amazônia, como indígenas, seringueiros, quilombolas, entre outros.

Para o deputado, a proteção ambiental tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento, não como um entrave à economia. Eduardo Valverde afirmou que o desenvolvimento significa a melhoria de vida da população, com mais equidade e a conscientização das pessoas sobre a importância da preservação dos recursos naturais.

Ipea - Em resposta ao deputado **Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP)**, que criticou a alteração da periodicidade da divulgação de projeções econômicas pela Carta de Conjuntura, uma publicação trimestral do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), feita desde 1986, Eduardo Valverde ressaltou que o papel do Ipea não é fazer análise de conjuntura de curto prazo, mas sim das projeções da economia brasileira para vários anos, com base em dados e informações. “Não é uma estratégia de governo, é o Estado querendo recuperar sua capacidade para planejar”, afirmou.

“As reservas extrativistas são solução adequada para a região”

Parlamento repudia política de imigração europeia

O Parlamento do Mercosul aprovou, por unanimidade, uma moção de repúdio à política de imigração aprovada pela União Européia no último dia 18. De acordo com a moção, a chamada Diretiva de Retorno “constitui uma violação aos direitos humanos básicos e, em particular, ao direito da livre circulação internacional”.

A moção foi aprovada na reunião plenária do último fim de semana na cidade argentina de San Miguel de Tucumán e condena a possibilidade de que sejam presos por até 18 meses os imigrantes sem documentos, os chamados ilegais. A moção será encaminhada à Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Européia, entre outros organismos internacionais.

A moção lembra ainda que os países da América Latina receberam imigrantes europeus em massa após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Ao final, manifesta a esperança de que “o Parlamento Europeu reveja, com base nos valores civilizatórios da Europa, essa decisão equivocada e



Deputado Dr. Rosinha (E), que tomou posse no sábado como presidente do Parlamento do Mercosul, destacou o compromisso democrático como desafio do bloco

estéril, que mancha a imagem da União Européia”. Entre os signatários da proposta original da moção está o deputado federal brasileiro **Dr. Rosinha (PT-PR)**, que tomou posse no sábado como presidente do Parlamento do Mercosul.

Presidente – Em sua posse, Dr. Rosinha enfatizou o déficit democrático do bloco comum, que chamou de “pecado original mais sério” do Mercosul. De acordo com ele, o processo de integração foi conduzido quase exclusivamente pelos poderes executivos, “com participação bastante restrita das sociedades civis e dos poderes legislativos”.

A combinação do déficit

democrático com a perda de sentido estratégico do Mercosul, para Dr. Rosinha, criou “um notável círculo vicioso”, enfatizando apenas os aspectos comerciais em detrimento da participação das sociedades dos quatro países. “A ruptura desse círculo passa, portanto, por um novo papel do Parlamento, que terá como desafio principal aprofundar o compromisso democrático do Mercosul”, disse.

Como uma das formas de reduzir esse déficit democrático, o novo presidente do Parlamento do Mercosul enfatizou também a necessidade de permitir a livre circulação dos trabalhadores e a harmonização

da legislação trabalhista.

Entre os outros desafios do Parlamento, Dr. Rosinha citou a necessidade de corrigir as assimetrias entre os integrantes do bloco, com o fortalecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Ele defendeu a incorporação de vários países andinos como membros associados, independentemente do matiz ideológico do atual governo, enfatizando a necessidade imediata da incorporação da Venezuela, país em processo de adesão plena ao bloco. “O Mercosul pode incluir países pequenos, mas, se quiser ter bom êxito, jamais poderá ter sócios minoritários. Todos os Estados

Política para exploração do Aquífero Guarani

Em outra decisão importante do Parlamento, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Organização Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo, presidida pelo deputado brasileiro José Paulo Tóffano (PV-SP), aprovou recomendação para criação de uma política comum, entre os países do Mercosul, de exploração do Aquífero Guarani. Tóffano, relator da recomendação, lembrou que o Aquífero atende a centenas de cidades de todos os países.

têm de ter seus interesses contemplados e se beneficiar da integração”, defendeu.

O deputado afirmou, entretanto, que o Parlamento do Mercosul não deve ser “uma espécie de senado multinacional”, com os países sendo representados por parlamentares em igualdade numérica, mas sim “uma câmara baixa em que os cidadãos comuns, em condições de proporcionalidade regressiva, se devem fazer ouvir”. A presidência *pro tempore* do deputado brasileiro no Parlamento do Mercosul terá duração de seis meses, dentro do regime de rodízio entre os países do bloco. (Agência Senado)

TRECHOS DO DISCURSO

Estratégia

É preciso que haja políticas nacionais de desenvolvimento industrial e científico-tecnológico estrategicamente convergentes

Integração

Todos os Estados têm de ter seus interesses contemplados e se beneficiar da integração. Todos, sem exceção, devem ser grandes dentro do Mercosul

Venezuela

Defendo a incorporação da Venezuela, que leve em consideração os interesses maiores dos Estados, e não as idiosincrasias políticas de governos específicos

Democracia

É imprescindível que o Mercosul enfrente e corrija o que talvez seja o seu “pecado original” mais sério: o déficit democrático

Representantes querem unificar legislações sobre tráfico de pessoas

A Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento do Mercosul também aprovou recomendação apresentada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) visando unificar a legislação sobre tráfico de pessoas adotadas pelos países do bloco. Durante a reunião, foram tratados projetos no mesmo sentido apresentado por outros dois senadores brasileiros: o senador Eduardo

Azeredo (PSDB-MG) quer unificar as legislações sobre crimes na Internet e o senador Romeu Tuma (DEM-SP) quer harmonizar as leis que tratam das pessoas com deficiência.

Na justificativa de sua recomendação, Mesquita Júnior afirmou que 250 mil pessoas são vítimas do tráfico de pessoas anualmente. O senador, que já presidiu a representação brasileira

no Parlamento, afirmou que uma das principais causas do tráfico humano é a desigualdade social e econômica dos países sul-americanos. Eduardo Azeredo cobrou, na reunião, uma decisão sobre projeto apresentado por ele na reunião realizada em setembro do ano passado, recomendando um estudo aprofundado das legislações dos países que compõem o bloco sobre crimes na Internet.

Ele lembrou que, com a Internet, surgiram novos crimes que ainda não foram tipificados por todos os países, como a difusão eletrônica de pornografia infantil e crimes contra o patrimônio, como o roubo de senhas bancárias. Azeredo lembrou que o Senado já aprovou legislação sobre o assunto, que, devido a modificações introduzidas pelos senadores, será votada novamente na Câmara. (Agência Senado)